

**POR UMA  
CIDADE MELHOR.  
UM COMPROMISSO  
COM O FUTURO.**



**Partido Popular Socialista**

**ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016**  
**PROPOSTAS PPS**  
**PORTO ALEGRE**

# POR UMA CIDADE MELHOR. UM COMPROMISSO COM O FUTURO

As cidades são os melhores lugares para se viver. Elas aproximam pessoas, promovem a cooperação e laços de solidariedade, a troca de ideias, potencializam as inovações, além de viabilizar o acesso aos serviços públicos tais como educação, saúde, saneamento e transporte.

Pensando assim podemos dizer que as políticas públicas municipais devem priorizar duas coisas: o espaço urbano, que deve ser atraente para se morar nele, e cuidar das pessoas, para que estas possam melhorar de vida e projetarem um futuro melhor.

O PPS de Porto Alegre quer participar da discussão eleitoral deste ano apresentando projetos e ideias inovadoras, olhando atentamente para o futuro da cidade, com enfoque nas novas tecnologias da informação e da comunicação, na construção de uma cidade conectada nos sistemas digitais e que tenha a capacidade de aproximar e mobilizar as pessoas e os grupos por meio da tecnologia. Contudo, importa salientar que este novo paradigma não se afasta daqueles conceitos estruturantes do partido, quais sejam a radicalidade democrática, o poder local, a defesa dos direitos e garantias fundamentais e a busca incansável pela justiça e pela igualdade social.

Nossas propostas são voltadas a cuidar do futuro das pessoas que moram em Porto Alegre. Essa é a nossa maior preocupação, razão pela qual nossas propostas estão consignadas na expressão "Um compromisso com o futuro: por uma cidade melhor".

Mas não podemos pensar em um futuro muito distante, que não esteja presente na geração de nossos filhos ou netos e nem que desanime e desacorçoe seus habitantes. Daí se depreende a necessidade de uma construção continuada, mas, por outro lado, disruptiva em relação aos maiores problemas atuais. Manter aquilo que está bom e mudar o que não está, conceito que levou o PPS a eleger o prefeito de Porto Alegre em 2004, é uma expressão que continua válida e atual.

É também desafiante o fato de fazer com que as conquistas e os benefícios já alcançados tenham caráter permanente e não temporário. Esta é a diferença entre um governo populista e um governo de transformação. Nosso compromisso é com este último. Ao invés da igualdade absoluta, que levou a regimes autoritários, defendemos a equidade, traduzida como a igualdade de

oportunidades. Daí decorre a necessidade de uma sociedade democrática, justa e participativa. Mas apenas isso não basta, para ser transformador um governo deve manter equilibradas as contas públicas e ser eficiente na prestação dos serviços. Para ser equânime um governo precisa ser eficiente.

Para melhor nos orientar em relação ao futuro que coletivamente queremos precisamos recuperar e promover o planejamento da cidade, completar e revigorar as normas urbanas que permitem nosso convívio e promover sua gestão democraticamente. Sem um bom planejamento a cidade fica entregue aos interesses particulares e momentâneos. Não construiremos uma cidade segundo nossos desejos. A lei orgânica da capital prevê a criação de um Instituto de Planejamento que jamais foi constituído. A cidade cresceu e se desestruturou espacialmente. Vários bairros se expandiram sem que ocorressem melhorias nos serviços e na mobilidade. Porto Alegre convive com mais de 200 mil pessoas em áreas irregulares, sem acesso a todos os serviços básicos.

Apesar de manter um baixo crescimento populacional o efeito do crescimento da renda fez com famílias que antes compartilhavam uma mesma moradia buscassem uma nova casa para morarem sozinhas. Com isso bairros como Ponta Grossa, Lajeado, Lomba do Pinheiro, entre outros, explodiram em termos populacionais, mas sem que fossem providos de uma suficiente e necessária infraestrutura urbana. Esta expansão levou também a que áreas consideradas como reservas ambientais fossem ocupadas, comprometendo a qualidade futura do nosso ambiente urbano. Acabam encorajando longos e demorados percursos, congestionamentos e poluição. Hoje a recomendação prevalente é o aumento da densidade, com edificações altas e de uso misto, exatamente por serem mais preservacionistas. Mas a principal política urbana é a de deixar de se preocupar apenas com os lugares e ter foco nas pessoas

Nesta direção ganha importância o capital político local. Impõe-se, assim, a revalorização da política ante a gestão. Cresce de importância a liderança representativa que organiza a ação do conjunto da sociedade com base em objetivos democraticamente compartilhados. O modelo de gestão com foco em boas práticas gerenciais deve avançar não apenas porque os recursos públicos se mostram cada vez mais insuficientes para atender todas as necessidades da população, mas também porque as transformações que ocorrem na sociedade permitem gerir melhor as interdependências por meio das redes sociais e grupos de interesse que nelas estão constituídos e que geram ativismo social. Nessa visão a cidade é considerada uma construção coletiva e o governo local se torna o organizador da capacidade de ação da sociedade. Ele deve assumir o papel de estruturador da aptidão de organização e ação da cidade. Não pode e não deve se colocar como o único provedor das necessidades locais. Mas, por outro lado, a participação da cidadania na

estratégia de ação deve gerar um compromisso ativo com a cidade e não, simplesmente, em encaminhar demandas a serem providas pela administração municipal.

Em relação a este novo modelo de gestão municipal nosso compromisso é inquestionável, pois desde 2004, com a vitória do PPS à prefeitura de Porto Alegre, foi implantado o conceito da Governança Solidária Local e a manutenção do OP. Com o OP definimos as prioridades regionais para os investimentos e a GSL promoveria a adesão das comunidades locais às iniciativas da prefeitura, com o propósito de dar-lhes viabilidade econômica com a agregação do capital social e eficiência executória por meio do controle social.

Mas, como dissemos, precisamos avançar. À consulta popular presencial, que deve continuar pelo seu potencial mobilizador e de onde devem ser eleitos os delegados no Conselho do OP, deve ser incluída a participação pela Internet, instrumento que está permitindo a conexão imediata das pessoas. Isso representa um salto importantíssimo na legitimação das prioridades, incorporando um número bem maior de participantes.

Mas para que as prioridades sejam as mais corretamente estabelecidas é necessário que a população local saiba exatamente o que ela dispõe de infraestrutura urbana e de serviços e como eles estão sendo mantidos ou prestados. Logo, a prefeitura deve colocar a disposição um observatório com informações e avaliações feitas por uma equipe de profissionais preparados.

Agora, como antes já afirmamos, para que as coisas aconteçam é necessário que a gestão da prefeitura seja eficiente e eficaz. Isso implica que as finanças municipais estejam equilibradas e capazes de atender as demandas definidas como prioritárias. De nada adianta envolver as pessoas para que elas definam suas prioridades e depois não cumpri-las. Podemos definir isso como um descompromisso com a participação popular. Ora, sabemos que as prefeituras vivem um momento difícil em suas finanças por decorrência da grave crise econômica pela qual passa o País. Mais impostos a população não tolera. Precisamos ser criativos na busca de novas fontes de recursos. Voltamos a afirmar que o futuro que projetamos não pode ser o futuro que nunca veremos. Refazer o pacto federativo para que os municípios arrecadem uma parcela maior dos impostos, tornar a CIDE um imposto municipal, são iniciativas importantes, mas de longo prazo. Ocorre que precisamos de ações imediatas. Instrumentos até aqui não colocados em prática devem ser então viabilizados. As parcerias público-privadas podem aportar recursos em obras públicas. É o caso, por exemplo, da iluminação pública, que agora, por decisão da ANEEL, tem seus ativos repassados aos cuidados dos municípios. Mas não são apenas os recursos que estimulam essas parcerias, mas também a velocidade com que podem ser executados os investimentos pelo setor privado já que ele não

possui tantas regras e impedimentos para sua realização, como são as necessariamente vigentes para administração pública.

E esse não é o único instrumento que pode incorporar recursos privados para áreas de interesse público. Existem as Operações Urbanas Consorciadas, previstas no Estatuto das Cidades, as contribuições de melhoria, que uma vez negociadas e compreendidas pela população beneficiada, podem vir a ser uma fonte de realimentação para estender estas melhorias para outras regiões.

Ampliar o acesso aos serviços e aos bens públicos das cidades é algo que pode ser obtido por meio da tecnologia da informação. Entrar no mundo do socialismo do século XXI é todos terem acesso à tecnologia. As cidades que hoje estão despontando na qualidade de vida de seus habitantes são as chamadas cidades inteligentes. Neste aspecto temos e podemos melhorar muito. Porto Alegre é um centro importante de inovações na área de TIC. São muitos os berçários, incubadoras e parques tecnológicos que podem desenvolver novos aplicativos para acessar serviços públicos. O desenvolvimento econômico das cidades está fortemente influenciado pela nova economia ou economia 4.0.

## **Nosso compromisso com o futuro: Porto Alegre uma cidade Inteligente**

Uma cidade inteligente é definida como um território que traz sistemas inovativos e TIC dentro da mesma localidade. Uma sociedade que cada vez mais interage por meio de redes virtuais. As pessoas atualmente podem se conectar por meio de redes virtuais e assim se comunicar, ter acesso a bens serviços e fazer negócios.

Cidades inteligentes são aqueles territórios caracterizados pela alta capacidade de aprendizado e inovação, que já é embutida na criatividade de sua população, suas instituições de geração de conhecimento, e sua infraestrutura digital para comunicação e gestão do conhecimento. A característica distintiva de uma cidade inteligente é o grande desempenho no campo da inovação, pois a inovação e a solução de novos problemas são recursos distintivos da inteligência.

Para termos uma cidade inteligente (CI) é necessário combinar: (1) oferta ampla de banda larga para empresas, prédios governamentais e residências; (2) educação, treinamento e força de trabalho eficazes para oferecer trabalho do conhecimento; (3) políticas e programas que promovam a democracia digital, reduzindo a exclusão digital para garantir que todos os setores da sociedade e seus cidadãos se beneficiem da revolução da banda larga; (4) inovação nos setores público e privado e iniciativas para criar agrupamentos econômicos e capital de risco para apoiar o desenvolvimento de novos

negócios; e (5) marketing do desenvolvimento econômico efetivo que alavanque a comunidade digital, para atrair empregados e investidores talentosos.

O Centro Integrado de Comando da Capital, a abertura de dados, a implantação da rede de fibra ótica, a Lei Municipal de Inovação, o Programa Cidades Resilientes, o Portal de “startups”, o incentivo à economia criativa e o Fórum das Instituições de Ensino Superior de Porto Alegre são ações que contribuíram para o reconhecimento da cidade como inovadora e conectada com os seus vários públicos de interesse.

Para termos uma CI é preciso um ambiente propício à inovação. Porto Alegre tem 40 instituições de Ensino Superior, 02 Parques Tecnológicos, 07 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, 10 incubadoras Empresas e 225 empresas incubadas. Além disso, dispõe de uma boa infraestrutura de TIC. São mais de 1000 km de fibra ótica e uma adequada rede pública de acesso gratuito à internet e o Centro Integrado de Comando – CEIC é a base tecnológica que agrega serviços públicos e fortalece a segurança da cidade e integra as ações em situações críticas de emergência e grandes eventos.

Nossas principais propostas neste campo são:

- Criação através de Projeto de Lei Complementar do Poder Executivo, do **Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação**. O intuito é colocar numa mesma plataforma e, principalmente, dar amparo legal e transparência nas relações entre todas as estruturas que possuem a mesma finalidade neste ambiente, ou seja, fomentar programas e projetos de base tecnológica e inovadora, estimulando o empreendedorismo para benefício da comunidade, gerando novas empresas, emprego, renda e conhecimento.
- Promoção e incentivo a parcerias público-privadas.
- Fortalecimento da Cooperação Metropolitana para área de Inovação e C&T.
- Implantação de Centros de atendimento aos Cidadãos que contemplem operações eficientes e integradas dos serviços da prefeitura.
- Sistemas integrados, ágeis e transparentes de licenciamento e fiscalização para diferentes áreas.
- Revitalização dos espaços públicos, oferecendo um ambiente de qualidade. Neste caso ressaltamos os Centros Comunitários para que contemplem ações e atendimentos visando geração de renda, empreendedorismo, desenvolvimento da comunidade e inclusão digital;
- Criação de um “ÚNICO” órgão da estrutura municipal que tenha como missão desenvolver Ciência/Tecnologia e Inovação.

- Igualmente ao processo de revitalização do 4<sup>a</sup>. Distrito, propor projetos de incentivos para outras áreas da cidade como: a região das ilhas, Zona Sul, o Centro Histórico e as Avenidas Azenha e Assis Brasil (regiões históricas de comércio).
- Sensores que detectam as condições de tráfego e reprogramam os semáforos sempre que necessário. Colaboração entre APPs de GPS e trânsito para informação das melhores rotas em tempo real.
- Sistema público de compartilhamento de carros (pré e pós-pago).
- App para pagamento de tickets em área azul.
- Incentivo fiscal, legislação e promoção para sustentabilidade energética residencial e empresarial. Com base principalmente na energia solar.
- Telemetria para gestão da água (macro, média e micro medição), automação e operação a distâncias dos ativos das redes de água e esgoto.

## **Nosso compromisso com o futuro: uma Porto Alegre SUSTENTÁVEL**

Cidades sustentáveis são aquelas que implementam políticas públicas que promovam iniciativas que respeitam e preservam o meio ambiente, que satisfaçam as necessidades atuais sem comprometer as necessidades do futuro.

É necessário que se construam plataformas de sustentabilidade que, monitoradas por indicadores, irão mensurar e dar caminhos, prazos e metas de desenvolvimento. Plataformas com políticas claras e abrangentes de saneamento, coleta e tratamento de lixo; gestão das águas com coleta, tratamento, economia e reuso; sistemas de transporte que privilegiem o transporte de massas com qualidade e segurança; ações que preservem e ampliem áreas verdes e uso de energias limpas e renováveis; modelos educacionais que capacitem e valorizem o educador; enfim, administração pública transparente e compartilhada com a sociedade organizada.

### **Resíduos Sólidos**

A cidade limpa não é a que mais se limpa, mas a que menos se suja. Neste aspecto temos muito ainda que amadurecer. Um grande programa de educação ambiental acompanhado de políticas para a redução, a reciclagem e o reuso terá que ser implantado. Isso só se faz acompanhado de instrumentos econômicos. A taxa de lixo deve ser para cobrir o custo de serviços básicos de recolhimento e destinação correta dos resíduos domésticos. Outros serviços devem ser colocados à disposição dos munícipes, mas que terão que ser pagos separadamente. No caso de descarte irregular, deve haver a aplicação de multa para cobrir o serviço realizado para reparar o dano e o



descumprimento da Norma legal. O DMLU deve alcançar sua autossustentabilidade.

Porto Alegre já teve esta visão pioneira no setor, pois foi a primeira capital a implantar a coleta seletiva de resíduos e a partir de 2015, esta coleta passou a atender toda a cidade.

As 18 Unidades de Triagem devem ser profissionalizadas e gerenciadas adequadamente para que viabilizem toda a cadeia produtiva do resíduo triado.

Os focos de lixo deverão ter um tratamento especial no sentido de serem eliminados, para tanto deverão ser instalados equipamentos adequados de disposição em áreas recuperadas e se fazendo uso de câmeras de vigilância e medidas socioeducativas para quem descartar irregularmente.

Resolver a falta de aterros para receber os resíduos da construção civil, principalmente em áreas próximas às zonas de expansão da cidade.

O projeto de futuro e que precisa ser perseguido é:

- Uma gestão cada vez mais qualificada dos serviços.
- Buscar aumentar a integração da gestão e da operacionalidade com ações conjuntas de fiscalização e de educação ambiental.
- A implantação ampla e definitiva da logística reversa.
- A qualificação e ampliação dos equipamentos públicos, tais como containers, lixeiras e centro de triagem.
- Aumentar as metas de redução de envio de rejeitos ao aterro.
- Ações cada vez mais amplas de combate aos focos irregulares de lixo e a ampliação da inserção social e sustentabilidade financeira da limpeza urbana.

### **Água e Saneamento básico**

Para que tenhamos uma cidade sustentável é necessário que cada indivíduo tenha a consciência de que é necessário se preocupar e cuidar do meio ambiente no qual se vive. E para isto, é preciso atentar para cada atitude e repensar a forma como se vive dentro deste ambiente. A continuação e a sobrevivência de nossas gerações futuras estão totalmente dependentes da conservação dos recursos naturais de nossas matas, florestas, rios, lagos e oceanos.

Em curto prazo é necessário que todos os cidadãos sejam atendidos por redes adequadas d'água potável. Existem ainda comunidades que têm problema de regularização fundiária, ou que se encontram em áreas ocupadas e de risco.

A água é um bem finito e é necessária a regularização de todas estas áreas para que tenhamos um consumo deste bem através de redes regulares e com consumo medido para que este possa ser controlado e se reduza o desperdício. Para tanto, se deve dar continuidade ao Programa Consumo Responsável.

Ampliar a oferta de água potável para a Zona Sul da cidade para onde ela está se expandindo.

Da mesma forma, precisamos ampliar as ligações de esgoto para reduzir o impacto no meio ambiente via diminuição de lançamento de esgoto cloacal sem tratamento no lago Guaíba. Hoje isso só é possível graças a conclusão do Programa Integrado Socioambiental - PISA, desenvolvido pelo DMAE quando ele era liderado pelo PPS, e que elevou a capacidade de tratamento para 80% do esgoto gerado.

Priorizar a recuperação da qualidade das águas dos arroios Capivara e Espírito Santo para que se devolva a balneabilidade da praia de Ipanema e concluir a implantação das redes coletoras de esgoto da bacia do arroio Dilúvio com vistas a sua despoluição.

### **Drenagem Urbana**

Intensificar o Programa de Drenagem Urbana de Porto Alegre, promovendo a drenagem e a revitalização das principais bacias hidrográficas da cidade, como os arroios Areia, Moinho, Guabiroba e Manecão.

Fazer uso de bacias de retenção para regular as vazões quando de chuvas torrenciais cada vez mais frequentes e não permitir o extravasamento dos arroios com áreas de escape ocupadas.

Integrar-se ao planejamento da Região Metropolitana para o combate às cheias e aos eventos extremos causados pela mudança climática.

## **Nosso compromisso com o futuro: uma Porto Alegre FINANCEIRAMENTE EQUILIBRADA.**

É sabido que o país tem um modelo federativo que concentra recursos na União em detrimento dos municípios. Ocorre que as pessoas moram e é onde requerem melhores serviços e onde as pessoas têm acesso aos poderes públicos. Um novo pacto federativo deve ser buscado para que os municípios possam fazer frente às suas responsabilidades, que são cada vez mais crescentes.

A ausência de recursos financeiros faz com que as prefeituras cada vez mais necessitem de uma gestão eficiente e de contenção de gastos desnecessários.

Torna-se, portanto, necessário que a gestão municipal se oriente pelo planejamento de suas ações, pelo realismo orçamentário, dando prioridade aos gastos relativos aos serviços prestados e aos investimentos em infraestrutura urbana, pela revisão dos processos de trabalho de forma que se introduzam melhorias contínuas, pelo permanente acompanhamento da execução dos programas e projetos e pelo estabelecimento de metas e a remuneração por resultados, como forma de aumentar a produtividade e o comprometimento dos servidores municipais com as expectativas dos munícipes.

Diante da falta de recursos e do estoque de problemas que se acumularam ao longo do tempo e que agora estão sendo cobradas as soluções, sendo muitos deles na área de infraestrutura, defendemos a realização de parcerias público-privadas - PPPs. Mas para que isso realmente ocorra é necessário que a lei das PPPs seja alterada, permitindo que projetos de menor valor possam ser executados neste formato. Atualmente, somente projetos acima de R\$ 20 milhões podem ser objeto dessa parceria. Também é necessário aumentar de 5% para 10% o limite de gasto dos municípios com as contraprestações das PPPs.

Propomos também alterar a lei da COSIP (Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública) para que estes recursos possam ser utilizados para investimentos em tecnologia nos parques de iluminação e com isso se busque a efficientização deste serviço que requer elevados gastos para sua manutenção.

É igualmente importante que se disponha de instrumentos tecnológicos para reduzir a sonegação com base na omissão de dados e as falsas informações sobre atividades econômicas ou bens patrimoniais sobre os quais ocorre a incidência de impostos. Serviços de imagens de satélites, cruzamento entre bancos de dados, entre outros, permitem que, sem aumento das alíquotas de impostos, se possa arrecadar mais e com maior justiça tributária.

## **Nosso compromisso com o futuro: uma Porto Alegre CIDADÃ e INCLUSIVA.**

A ideia da inclusão se fundamenta no reconhecimento da **diversidade** na vida em sociedade. Isto significa **garantia do acesso de todos** a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social. O principal valor que permeia, portanto, a ideia da inclusão é o configurado no princípio da igualdade, pilar fundamental de uma sociedade democrática e justa. Isto posto, **a diversidade requer a peculiaridade de tratamentos, para que não se transforme em desigualdade social.** Nossa bandeira na prefeitura de Porto

Alegre foi a de que a prefeitura tinha o dever de cuidar de todos, mas preferencialmente daqueles que mais dela necessitavam. Entendemos que cada vez mais isso é verdadeiro.

Outro ponto de importância para que se possa incluir o maior número possível de pessoas é a integração e articulação das políticas públicas, em especial as de saúde, educação, assistência social e segurança pública, com as ações locais da prefeitura municipal. Desta forma, poderemos trazer o comprometimento das pessoas com seu próprio desenvolvimento. Precisamos reforçar o conceito de **Governança Solidária Local**, que apesar de iniciado na gestão do PPS à frente do Executivo Municipal, nunca chegou a ser aplicado em sua total amplitude. Este conceito deve perpassar todas as ações da prefeitura e não ficar afeito a uma única secretaria.

## **SEGURANÇA PÚBLICA**

Primeiramente é necessário afirmar que ao município cabe na segurança pública um papel complementar ao do Estado e fazer com que se integre aos demais sistemas policiais. Mas como a prefeitura pode auxiliar e se incorporar ao combate dos diversos tipos de transgressão às leis? Jane Jacobs, autora de *Morte e Vida das Grandes Cidades*, sugere que a segurança está relacionada com a sociabilidade, diversidade urbanística, econômica e humana. Logo, no nível municipal, deve-se mobilizar a participação social no combate aos delitos mais frequentes em determinado local. Mas isto exige inteligência e qualidade da investigação, que são papéis da polícia civil estadual. É necessário que saibamos quais as causas que levam aos principais atos de confronto à lei. Uma vez identificadas as causas, as guardas municipais, conjuntamente com as demais secretarias municipais, poderão, ainda juntamente com a comunidade local, estabelecer e executar as ações preventivas para que não mais sejam recorrentes os delitos mais frequentes. As melhores respostas ao aumento da violência e dos crimes são a repressão aos crimes e a cultura da paz.

Outrossim, são as drogas que representam um ponto fundamental no crescimento vertiginoso dos crimes, na população carcerária e na morte dos jovens em vilas populares. O município pode muito fazer para reduzir estes caos levando a estas comunidades os serviços públicos de educação, cultura e esporte, bem como dotando estas áreas de locais de lazer e convivência.

Uma maneira de auxiliar o diagnóstico e elaborar um mapa dos atos de transgressões à lei é o aplicativo “*Onde Fui Roubado*”, que mostra os locais com maior incidência de crimes e os tipos mais cometidos. Uma grande ferramenta para o poder público gerir dados e criar estratégias para o combate a criminalidade.

Nossas propostas para a área de segurança são na direção de criar espaços urbanos seguros e não de constituir forças policiais para conter a violência na cidade. Nesta direção propomos:

- Inclusão do projeto de lei “*Aluno Cidadão*” no currículo escolar municipal;
- Capacitar lideranças comunitárias para comporem os conselhos comunitários de segurança pública, com foco na identificação das principais causas locais da violência e apontar as iniciativas para contê-la;
- Criação do Fundo Municipal de Segurança Pública, alterando o decreto sobre o COMJUS, habilitando-o para exercer e gerir tal fundo;
- Propor um projeto de lei que propicie a parceria público-privada para a retomada de espaços de lazer e esporte, reurbanizando-os e recuperando-os para que as comunidades, após elas mesmas definirem como um aspecto importante para a contenção da violência, voltem a frequentá-lo e afastando as pessoas que promovem delitos e causam insegurança aos moradores;
- Conclusão do Plano Municipal de segurança ainda não encaminhado à Câmara de Vereadores para aprovação.

## **CULTURA**

Nosso conceito é de que a cultura é um direito das pessoas de usufruir dos benefícios da criação coletiva da sociedade. Nesse sentido compreendemos que a cultura é produzida pela sociedade e ao Estado cabe o papel de ajudar a dar visibilidade a essa produção. A cultura não pode ser um movimento cooptado pelos governos.

Pela cultura podemos inserir as pessoas socialmente. Toda a cultura deve se adequar às realidades locais sem perder o vínculo entre cidade e universalidade.

Como iniciativas que devam ser estimuladas pelo município na área da cultura apontamos:

- A política de descentralização da cultura.
- Criação dos Centros Culturais Regionais, espaços para uso compartilhado, onde grupos de danças e expressões culturais possam usufruir, quando não possuírem local apropriado para ensaios e desenvolvimento de suas expressões. Estes espaços podem ser em próprios do município ou conveniados.
- O cuidado com os monumentos da cidade e a preservação do seu patrimônio histórico, artístico e cultural.
- Uma política de parcerias com os grupos locais dos mais variados tipos de manifestação artística, com o propósito de integrá-los às demais políticas públicas orientadas aos jovens, aos idosos, ao combate à violência e ao estímulo à cooperação, entre outras.

- A manutenção dos espaços culturais do município para que eles realmente cumpram as funções para os quais foram construídos.

## **EDUCAÇÃO**

O financiamento da educação básica quase que em sua totalidade é de responsabilidade dos estados e municípios. Por exemplo, a receita do FUNDEB para 2016 é de R\$ 131,7 bilhões, sendo que destes apenas R\$ 12 bilhões são provenientes da União. Esta tem como prioridade o ensino superior, invertendo-se a ordem de prioridade que deve ser a da educação infantil e o ensino fundamental, eis que é nas tenras idades que se forma a potencialidade cognitiva das pessoas que adiante permitirão um melhor aprendizado.

A nossa primeira proposta diz respeito à **Educação Integral**, que alia a educação em tempo integral à aprendizagem, organizada por projetos incorporados ao cotidiano da escola que permitirão ao aluno ampliar seu universo de experiências e estar mais bem preparado para o exercício pleno da cidadania.

Para que isso se torne realizável é necessária a utilização de espaços localizados próximos as escolas e que permitam novas convivências, tais como centros esportivos, clubes, salões comunitários e outros.

Necessário também se faz articular as ações de governo voltadas para o setor, como são os projetos na área dos esportes, saúde e desenvolvimento social. Faz parte deste conceito de uma nova escola a incorporação de agentes culturais como forma de reduzir conflitos e criando identidades locais capazes de originar espaços de identidade dos jovens com o ambiente escolar.

No trinômio currículo, avaliação e reorientação da aprendizagem. Cada professor deve saber com clareza os objetivos de cada ciclo ou ano escolar e tenha foco em avaliações anuais para estruturar o novo planejamento pedagógico. É importante investigar os casos de sucesso, no qual professores nas mesmas condições conseguem elevado desempenho em aprendizagem e aprovação para que sirvam de referência e de motivação profissional.

Sendo a educação infantil extremamente importante para o processo de desenvolvimento cognitivo e que dará sustentação a toda a trajetória infantil da criança, é de suma importância que a prefeitura de Porto Alegre tenha como meta a universalização da pré-escola e a ampliação das vagas em creche.

O PPS defende e valoriza o princípio da governança democrática e, portanto, a gestão participativa da escola. O fortalecimento dos Conselhos Escolares é de fundamental importância para que haja o comprometimento da escola para com as metas de aprendizado. A escola, pela sua importância na formação das

peças, não é um assunto que se limite aos professores. A participação comunitária, principalmente dos pais, é fundamental para que se tenha da educação um instrumento de formação de bons cidadãos. Nesse mesmo sentido, os gestores deverão, antes de se submeterem a um processo de escolha, passar por um curso sobre a legislação educacional e sobre a condução administrativa, financeira e pedagógica, para que se tenha um corpo diretivo capacitado e orientado para trabalhar com planejamento, metas e responsabilidades.

Torna-se também necessária a atualização tecnológica das salas de aula. Não é mais aceitável que os instrumentos de transmissão de conhecimento sejam a voz do professor, o giz e o quadro-negro. Os alunos estão afeitos ao uso de mídias eletrônicas e conectados às redes sociais. Sem a inclusão da TIC nas salas de aula certamente se sentirão desmotivados e desmobilizados para adquirirem novos conhecimentos. Para tanto, deverá haver a capacitação de docentes para a utilização de ferramentas informatizadas e, com isto, tornando o ambiente de aprendizagem mais propício e interessante aos alunos de hoje.

Sendo o ensino de caráter público e democrático ele deve estar ao alcance de todos. Dentro dessa premissa, entendemos que a educação deve ser inclusiva, sem construir barreiras a ninguém. Pessoas com deficiência ou desvalia, seja de natureza cognitiva, motora, psicossocial ou sensorial devem ser assistidas por profissionais preparados para que se desenvolvam e adquiram maior autonomia e possam desempenhar funções produtivas e de convivência social.

Por fim, se faz necessário incrementar o Educação de Jovens e Adultos – EJA e o ensino profissionalizante para que os todos tenham melhores condições de ingresso no mercado de trabalho e no aumento da produtividade econômica, que é a forma de gerar renda e combater a miséria.

## **SAÚDE**

São três as dimensões que vêm se tornando crônicas na saúde pública: financiamento, gestão e modelo de atenção.

Mas, mais do que ausência de recursos, que é notória, incorporar experiências exitosas que qualificam o gasto neste ambiente de escassez financeira, que estão relacionados a inovações na área da gestão, se fazem mais do que necessárias, são na verdade urgentes.

A população brasileira passa por uma mudança de perfil, com o crescimento da expectativa de vida, e de hábitos comportamentais, como é o caso do sobrepeso, do sedentarismo e da alimentação inadequada. Tais fatores levam a que no entorno de 75% da morbimortalidade se dê por conta de doenças crônicas. As melhores experiências de combate a este quadro epidemiológico

acontecem quando o sistema de saúde supera uma organização fragmentada em níveis de complexidade no atendimento e passa a funcionar como uma rede de atenção, sendo Atenção Primária a ordenadora do cuidado.

Tal organização dos serviços em saúde que é capaz de reduzir o fluxo de pessoas usuárias para os serviços secundários e para os serviços de urgência e emergência. Reduzir os custos da atenção à saúde, promover maior acesso aos serviços preventivos, redução das internações e, antes de tudo, maior equidade, alcançando à população mais pobre e fragilizada socialmente o acesso aos serviços de saúde.

É nesse conceito que se enquadra a estratégia Saúde da Família que vem sendo implantada no país desde 1994, porém, ela só será efetiva quando estiverem organizadas as redes de atenção e fortalecida a atenção primária como o eixo ordenador do cuidado.

Este modelo é complexo por se desenvolver em meio a práticas gerenciais e sanitárias, mas traz vantagens por atuar em uma área geograficamente limitada, por criar vínculos com a população e participação social.

Partindo desta diretriz política propomos:

- Ampliar o Programa Saúde da Família, incorporando mais profissionais brasileiros, que com a prática adquirida no programa, sua multidisciplinariedade e conhecimento das maiores incidências das moléstias no local venham a se assenhorar dos mecanismos de gestão do sistema de atendimento em redes de atenção básica.
- Mudar a forma organizacional que passa o seu foco para a promoção e prevenção baseada na relação profissional-paciente, novas tecnologias e multiprofissionais.
- Mudar a forma de remuneração dos médicos e da equipe de atenção básica, passando de salário fixo ou do pagamento por procedimento para um contrato de performance ou desempenho.
- Implantar a teleassistência para garantir o apoio ao diagnóstico e extensão dos avanços da medicina ao setor de atendimento de ponta e com isso dar maior eficiência e eficácia ao sistema.
- Dotar as Unidades Básicas de Saúde de equipamentos necessários ao atendimento do cidadão e evitar que este tenha que se dirigir a outros locais onde prevalecem o atendimento de maior complexidade e de forma reiterada, tornando o serviço ineficiente e caro.

## **SEGURANÇA ALIMENTAR**

O município de Porto Alegre, desde 2005, através da lei 577/2007, executa a política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, que tem por objetivo



promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade social, através de ações intersetoriais e transversais, visando o desenvolvimento local das comunidades. Sua meta é a implantação do SISANS – Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, para desenvolver atividades com a comunidade para a erradicação da fome e a redução da mortalidade infantil, promovendo a inclusão social e o resgate da cidadania.

Através do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, que está sendo elaborado e com previsão de apresentação no final de 2016, serão previstas diretrizes para a implantação e implementação de políticas públicas para a nossa cidade.

## **HABITAÇÃO**

A carência habitacional está no centro do nosso problema urbano na medida em que, em razão da exclusão de grande parte da população do mercado imobiliário formal, a "solução" do chamado déficit habitacional tem sido a inserção marginal na cidade. Como alternativa de superação desta exclusão, defendemos o **cooperativismo** que organiza as famílias que desejam uma casa própria para morar em áreas regularizadas e com uma infraestrutura condizente com o próprio conceito de cidades.

## **ACESSIBILIDADE**

Uma cidade verdadeiramente inclusiva não deve abrir mão da acessibilidade. Nossas propostas para que Porto Alegre seja mais acessível são:

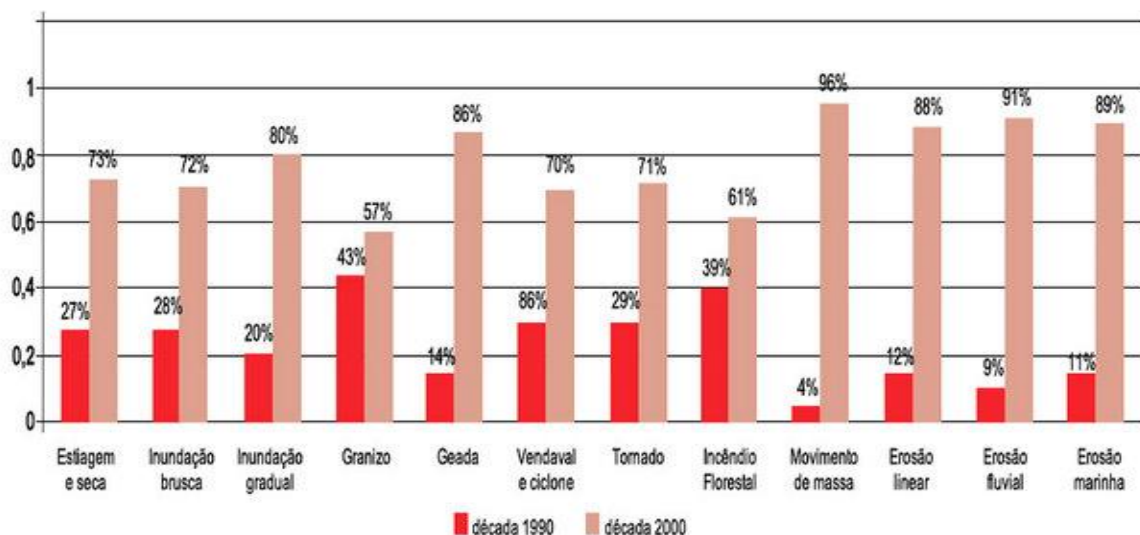
- 100% de acessibilidade nos veículos do transporte público.
- Instalação de recursos acessíveis aos deficientes visuais, como sinais sonoros de aviso nas travessias para pedestres.
- Disponibilização de aplicativos que orientem os deficientes no deslocamento pela cidade com o uso de transporte público.

## **Nosso Compromisso com o futuro: por uma Porto Alegre RESILIENTE**

Precisamos ter uma cidade preparada para resistir aos efeitos das mudanças climáticas e aos eventos extremos por elas provocados.

Sabemos que a população mundial tem enfrentado nas últimas décadas um gradativo aumento da ocorrência de eventos extremos devido às mudanças climáticas, relacionadas principalmente à elevação da temperatura global. As projeções futuras divulgadas pelo IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) mostram que esses eventos considerados extremos serão cada vez mais comuns e intensos. O aumento da vulnerabilidade

humana a esses eventos devido ao crescimento global da população e consequente aumento na ocupação de áreas de riscos também leva a maior ocorrência dos desastres naturais que causam não só grandes perdas de vidas humanas e propriedade em todo mundo, mas também impactam ecossistemas naturais, agricultura, zonas costeiras, recursos hídricos, cidades e saúde pública.



Comparativo entre as décadas de 1990 e 2000 com relação aos eventos naturais.

No plano global, as “Mudanças Climáticas”, fenômeno pelo qual tem atingido todas as regiões do mundo com severas inversões térmicas, grandes volumes pluviométricos em determinadas regiões contrastando com grandes períodos de secas em outras, o degelo das regiões polares com o consequente aumento do nível dos oceanos preocupa não somente mais a comunidade científica somente, como toda a sociedade.

Diante deste quadro, os eventos extremos têm ocorrido com maior frequência e intensidade, atingindo principalmente as grandes cidades e nestas às populações mais vulneráveis. Verifica-se que são os mais pobres que sofrem mais com os desastres naturais, pois vivem em condições precárias de habitação em área de risco, no interior das zonas de inundação dos cursos d’água e em encostas de morros.

Neste contexto, as cidades precisam encontrar caminhos para enfrentar os desastres, atuando de forma planejada e organizada no sentido de prevenir e minimizar os impactos sobre a população e a vida da cidade. Assim, o mundo começou a discutir ações que possam preparar as cidades para enfrentar estas crises cada vez mais frequentes, envolvendo todos os atores sociais nas ações

de planejamento e preparação para atuar na fase pré, durante e pós-desastres. A este novo campo da atuação estatal chamamos de “estratégia de resiliência”.

A resiliência é um conceito que se refere à capacidade de algo voltar ao estágio anterior a um choque, que pode ser de qualquer tipo. Ou seja, depois do choque, a normalidade da cidade pode ser alcançada rapidamente com a menor perda possível de recursos humanos e materiais.

Portanto, aumentar a capacidade de resposta a emergências e planejar a cidade em cima de dados quantitativos e qualitativos é uma grande contribuição que governos e sociedade devem dar, pois estamos tratando de preservação de vidas e redução de transtornos.

Em dezembro de 2013, Porto Alegre foi selecionada para participar do Programa 100 Cidades Resilientes da Fundação Rockefeller. No Brasil, apenas as cidades de Porto Alegre e Rio de Janeiro foram selecionadas para participar deste programa.

Porto Alegre com a participação de diversas secretarias e órgãos municipais, universidades, especialistas na área e representantes da sociedade civil organizada, apresentou um plano de ação para atuar em caso de eventos extremos. Este plano deve ser colocado em prática e as vulnerabilidades identificadas em caso de um evento extremo devem ser reduzidas ou melhoradas. São elas:

**1- ÁREAS DE RISCO HIDROLÓGICO** - as famílias que vivem em áreas de alto risco da cidade devem ser reassentadas para evitar que percam o pouco que possuem. Linhas internacionais de financiamento existem para dar consequência a esta ação.

**2- REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA** – o programa municipal de regularização fundiária deve levar em conta o grau de vulnerabilidade do local e, em especial, a dificuldade de acesso às suas áreas internas para que se possa em uma eventualidade atender vítimas de tragédias naturais ou não.

**3- TER DISPONÍVEIS E EM BOM FUNCIONAMENTO LOCAIS E EQUIPAMENTOS DE ATENDIMENTO AS VÍTIMAS:** se enquadram neste item os estabelecimentos de saúde, escolas, ginásios e todos os locais escolhidos para abrigar vítimas de catástrofes ambientais.

**4- TER FONTES DE RECURSOS PERFEITAMENTE IDENTIFICADAS:** prever as fontes de recursos que possam ser rapidamente ativadas.

**5- CAPACITAR A COMUNIDADE PARA ENFRENTAR DESASTRES:** estabelecer um programa de treinamento de voluntários e de conhecimento dos sistemas de alerta pela população.

### **Além dessas medidas, sugerimos mais algumas ações:**

- Dispor de várias ferramentas de monitoramento da cidade com recursos próprios ou com a cooperação técnica das Universidades de forma a dar assistência à cidade e a enviar apoio para as ruas de forma célere e planejada.
- Mudança do conceito de planejamento urbano mais vinculado ao urbanismo e à sustentabilidade no uso e na ocupação do solo.
- Maior exercício do poder de polícia e dos meios de fiscalização quando da ocorrência de invasões e ocupações irregulares em áreas de proteção permanentes (APP) ou verdes (Praças ou áreas afetadas pelo Poder Público).
- Mudança cultural do setor da construção civil no que concerne aos licenciamentos dos empreendimentos privados, por meio da implantação gradativa em novos empreendimentos do conceito de “cidade sensível à água”, com uso da água da chuva de forma útil ou estética (telhados verdes, jardinagem, espelhos d’água).
- Nas áreas de expansão urbana faz-se fundamental o cumprimento das condições hidrológicas do período pré-implantação, com a construção de reservatórios de retenção das águas pluviais (abordagem compensatória) e adoção de técnicas de baixo impacto.
- Adequações legislativas para implantação do desenvolvimento urbano de baixo impacto, utilizando-se de benefícios fiscais para sua adoção.
- Melhoria dos sistemas de alarmes e de monitoramento da cidade com relação às 27 bacias hidrográficas existentes no município, bem como o tempo de recorrência das chuvas.
- Articulação com os municípios da região metropolitana de forma a diagnosticar e apresentar soluções conjuntas para os municípios contíguos com relação ao risco de desastres.

## **Nosso compromisso com o futuro: uma Porto Alegre EMPREENDEDORA E COM GERAÇÃO DE EMPREGOS E RENDA.**

### **Turismo na Economia:**

O Turismo estimula o desenvolvimento sustentável da cidade e suas comunidades. Sua sinergia com a economia, a cultura e o meio ambiente fomenta as oportunidades para o futuro. O Turismo beneficia toda a cidade. As pessoas viajam por diferentes motivos, mas há uma coisa em comum nos viajantes: longe de casa, todos têm a expectativa de uma boa experiência. Cada vez mais, as viagens estão associadas à maior exigência por qualidade na estrutura urbana, nos serviços e na boa receptividade. Por isso, o turismo

está diretamente associado às questões de infraestrutura e de serviços da cidade. O turismo requer melhorias e modernização em estradas, aeroportos, terminais rodoviários, transporte urbano, comunicações, equipamentos de saúde, esportivos e de lazer, na sinalização e até no saneamento das cidades. O importante é que esses investimentos não servem apenas para “turista ver e usufruir”, mas para melhorar a qualidade de vida na cidade.

O turismo gera emprego e renda, cria ambiente para pequenos empreendimentos, eleva a arrecadação de tributos municipais e promove também competitividade. O turismo envolve uma cadeia produtiva que movimenta 52 setores econômicos desde a produção de aço e cimento para construções até os móveis, lençóis, televisores e frigobares que equipam os hotéis, por exemplo.

Importantes iniciativas foram implantadas na área do turismo de Porto Alegre sob o comando do PPS desde 2005. Entre elas destacamos:

**Linhas Turismo:** Porto Alegre foi a cidade brasileira que colocou em circulação o primeiro serviço de passeios turísticos em ônibus de dois andares, com o segundo aberto. São duas as linhas turísticas em operação podendo ser ampliadas para as áreas de proteção ambiental e unidades de conservação, formando rotas ecológicas.

**Turismo de Eventos e Negócios:** No Brasil, Porto Alegre é um dos principais centros de congressos técnicos e científicos, fóruns, feiras e de negócios. Nos últimos anos, a cidade se mantém na lista dos 10 destinos brasileiros que mais recebem eventos internacionais pelo ranking oficial da ICCA - International Congress and Convention Association, entidade que gerencia o maior e mais respeitado banco de dados no segmento. A cidade dispõe de ótimos centros para feiras, congressos, encontros corporativos e eventos diversos, todos dotados de versatilidade e modernos recursos tecnológicos.

**Turismo Rural:** Porto Alegre é a segunda capital brasileira com a maior área rural e tem o privilégio de oferecer uma experiência singular a poucos minutos do grande centro urbano, na zona sul da capital. Integram os Caminhos Rurais de Porto Alegre propriedades dedicadas a diferentes atividades de lazer, junto ao ambiente rural, à produção de vinhos, frutas, agricultura agroecológica, pesca, trilhas, passeios a cavalo, produção de plantas ornamentais e alimentícias não convencionais, comida caseira preparada em fogões à lenha e café campeiro.

**Turismo de Saúde:** Nos dois últimos anos, os quatro hospitais que fazem parte do Porto Alegre *Health Care*, - Moinhos de Ventos, Santa Casa, São Lucas da PUCRS e Mãe de Deus - receberam 8.682 pacientes de outros estados brasileiros e de vários países em busca de tratamentos de alta

complexidade. Essa inserção da capital gaúcha no mercado de viagens internacionais para tratamento de saúde foi um dos fatores decisivos na atração, em 2015, de um núcleo do Medical Valley para o Rio Grande do Sul. O Medical Valley é um dos nove clusters de excelência implementados pelo governo alemão para gerar economia pela inovação tecnológica em saúde. E o Rio Grande do Sul foi o estado brasileiro escolhido para receber um “Vale da Saúde” por reunir universidades de ponta, mão de obra qualificada e hospitais de excelência.

**Turismo Criativo:** Iniciativa pioneira no Brasil, organizada para atender a uma nova demanda do turismo mundial: oferecer aos visitantes experiências de aprendizagem novas e singulares em oficinas, cursos rápidos e atividades vinculadas ao universo imaterial da cultura da cidade, das tradições gaúchas, das artes, do artesanato, música, danças, gastronomia regional, tecnologia social, entre outros. Porto Alegre é a única cidade brasileira a fazer parte da Creative Tourism Network, rede mundial de promoção dos destinos de Turismo Criativo de inúmeros países. Entre as iniciativas deste tipo está o **Turismo de Galpão**, que se constitui em um espaço de hospitalidade instalado no Acampamento Farroupilha que oferece aos visitantes oficinas de aprendizagem sobre comidas regionais, lidas campeiras, danças folclóricas, jogos, lendas e história, entre outros temas da cultura gaúcha.

**Turismo LGBT:** A capital gaúcha faz parte do circuito de destinos *gay-friendly* do Brasil, importante segmento que já representa 10% dos viajantes no mundo e cresce 10,3% ao ano enquanto a taxa média de crescimento do turismo mundial fica em torno de 4%, segundo a Organização Mundial do Turismo.

Com base nestas experiências propomos as seguintes diretrizes e objetivos para desenvolver o turismo:

- Estimular a qualificação permanente de mão de obra para a atividade turística e a sensibilização da comunidade local para o turismo e fortalecer a Escola Social de Turismo de Porto Alegre.
- Incrementar a articulação entre a cadeia do turismo e outras cadeias produtivas para gerar novos negócios e produtos turísticos.
- Fortalecer a Instância de Governança Local, o Fórum de Governança Local do Turismo de Porto Alegre e o Conselho Municipal de Turismo.
- Fomentar programas de promoção dos produtos turísticos;
- Criar e fortalecer parcerias para conservação e manutenção de equipamentos turísticos.
- Acompanhar e promover os programas de turismo rural, turismo náutico e demais segmentos estruturados.

- Acompanhar o desenvolvimento social e econômico do setor de Turismo em Porto Alegre, sistematizando as ações relativas à pesquisa e à geração de estatísticas turísticas municipais.

## **Nosso compromisso com o futuro: uma Porto Alegre PLANEJADA**

É nas cidades que, em sua grande maioria, as pessoas viverão. Para que elas cumpram com seus objetivos de prover aos habitantes melhores condições de vida, precisam ser bem planejadas.

Com informações confiáveis sobre a situação atual, é possível ser capaz de fazer conexões entre a visão em longo prazo e ações em curto prazo. As cidades que não planejam ativamente seu futuro provavelmente ficam para trás.

Dada a magnitude dos desafios que as cidades enfrentam, é pouco provável que todas as melhorias desejadas aconteçam de uma só vez. As cidades bem sucedidas constroem planos pela realização de projetos prioritários que estão alinhados com a visão em longo prazo.

Porto Alegre já teve bons planejadores urbanos. Foi a primeira capital do país a ter um Plano Diretor. No PPDUA de 1999 foi prevista a criação de um Instituto de Planejamento que jamais foi constituído. Precisamos recuperar esta iniciativa.

Nossas propostas buscam fazer de Porto Alegre uma cidade boa para se viver. A seguir identificamos algumas propostas para o planejamento da cidade:

### **PLANO DIRETOR**

Acelerar a implantação do Plano Diretor Viário, principalmente na zona sul de Porto Alegre, uma vez que a estrutura não acompanhou o crescimento populacional. Ex. Falta a duplicação da Avenida Coronel Marcos.

Criar um projeto que proporcione a discussão do Plano Diretor entre a comunidade escolar e os alunos da rede municipal de ensino de Porto Alegre. Para a revisão do Plano Diretor, a PMPA instauraria diversos canais de comunicação, o que permitiria ampla participação da comunidade. Seriam realizadas audiências públicas, oficinas de capacitação, seminários e debates. Seria elaborado um questionário, sendo que o tema central seria "Como quero que Porto Alegre seja nos próximos 20 anos". Tal projeto seria montado pela Secretária de Planejamento do Município em parceria com a SMED.

O Plano Diretor precisa incentivar a ocupação de vazios urbanos, bem como diminuir a distância entre residências e os locais de trabalho dos seus

moradores. Precisamos de soluções urbanísticas que reduzam o uso de automóveis pelos moradores, que explorem energias renováveis e que estimulem o desenvolvimento econômico do entorno.

Deve, também, ser objeto de profundo debate a questão da verticalização de áreas junto às grandes vias troncais da cidade, pois a tendência atual do desenvolvimento urbano é a de verticalizar as edificações em zonas já densificadas e aumentar as áreas verdes de convívio na vizinhança.

### **REGULAMENTAÇÃO URBANÍSTICA**

Porto Alegre já possui legislação que determina o padrão de lixeiras e aplicação de penalidade para quem não deposita o lixo de forma correta, entretanto, o que mais se vê na Cidade é lixo das residências jogado nas calçadas, lixo esse que acaba não sendo coletado de forma correta e termina se espalhando pela via pública, bueiros e etc., causando danos para a sociedade como um todo. Sendo assim, a proposta seria aumentar a fiscalização e a penalidade do cidadão que não cumpre a legislação.

Viabilizar alternativas para instalações subterrâneas de cabos e fios de energia, telefone, TV a cabo e afins, haja vista o caos e a poluição visual que causam na cidade. Qualquer chuva ou vento é razão de falhas e interrupções dos serviços.

É necessário incentivar campanhas de manutenção e construção de passeios públicos. A administração pública tem que fazer a sua parte com relação às calçadas de prédios públicos municipais, parques e praças, assim como deve incentivar e punir o cidadão que não faz a sua parte. Entendemos que devemos incentivar o projeto já existente na Prefeitura chamado “Minha Calçada eu Curto eu Cuido”, aprimorando o mesmo. Uma forma de incentivar a conservação das calçadas é um desconto no IPTU.

### **EQUIPAMENTOS URBANOS**

Apesar dos estudos já realizados não foi possível promover a licitação do mobiliário urbano de Porto Alegre. Precisamos padronizá-lo e melhorá-lo pra que o paisagismo da cidade se embeleze e eleve a autoestima de seus moradores, que ajudará na manutenção dos equipamentos públicos da cidade.

Entendemos que a Prefeitura precisa focar mais em equipamentos modernos que além de desempenharem seus objetivos propiciem uma maior economia e confiabilidade, tais como paradas de ônibus com placas solares, todos os semáforos com iluminação de LED, uso de câmeras para a vigilância e atendimento em casos de urgência, mais áreas com acesso à Internet por Wi-Fi. Devemos facilitar a vida das pessoas que moram e transitam pela capital.



Colocar placas com os nomes das ruas em todas as regiões da cidade.

Ampliar as placas de sinalização turística.

## **MOBILIDADE**

Hoje o transporte hidroviário é muito pouco aproveitado com paradas apenas no Centro Histórico ou no Barra Shopping. A ideia é aproveitar este imenso lago para desafogar o trânsito da zona sul que cresce a cada dia.

Incentivar a carona solidária como forma de reduzir o número de carros na cidade e a poluição aérea.

Concluir o projeto dos BRTs e portais para a integração de ônibus metropolitanos, como forma de melhorar a Mobilidade Urbana.

Buscar a viabilização da construção do projeto do metrô para Porto Alegre. Várias capitais brasileiras já possuem este equipamento e sem dúvida nenhuma ele é fundamental para o futuro da mobilidade urbana da capital.

Estudar a viabilidade de implantação de um VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), como meio de transporte complementar e de integração com outros modais.

Visto que a implantação atual das ciclovias apresenta-se incompleta, percebe-se a necessidade de investir firmemente na infraestrutura ciclística local para melhorar o acesso do ciclista aos diversos pontos da cidade de forma segura. Incentivando o maior uso das bicicletas nos centros urbanos da cidade.

## **REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS**

A utilização dos espaços urbanos é essencial para que se possa reaproximar pessoas e aumentar o espírito de colaboração e de vizinhança, quebrando com a tendência de isolamento que as cidades grandes estão passando. Para tanto é essencial um programa de revitalização das praças com implantação de equipamentos para as práticas esportivas, cachorródromo e iluminação segura. Esse programa deve contar com uma maior integração da comunidade, pois de nada adianta revitalizar as praças se não existir um comprometimento da comunidade local na manutenção e utilização da mesma. Esse programa deverá também contar com a integração de várias secretarias municipais, em especial as de cultura, esporte e educação.

Implantar um projeto que vise utilizar os espaços públicos ociosos, como são exemplo as áreas embaixo de viadutos, para realizar atividades culturais, feiras e eventos gastronômicos.

## Nosso compromisso com o futuro: uma Porto Alegre PARTICIPATIVA

Primeiramente, é sempre bom lembrar para nos credenciar neste tema, que foi o ex-prefeito, ex-deputado Bernardo de Souza do PPS, que em 1983 criou o primeiro programa de participação popular do Rio Grande do Sul, o “Todo Poder Emana do Povo”, quando prefeito de Pelotas, onde a população apresentava as dificuldades que enfrentava e participava da elaboração do orçamento, direcionando as ações da prefeitura.

A participação popular em Porto Alegre ainda é hoje promovida pelo Orçamento Participativo. Conforme a ONU, a experiência é uma das 40 melhores práticas de gestão pública urbana no mundo.

Mas se este modelo de participação popular foi uma experiência pioneira e é um instrumento importante de envolvimento das comunidades locais na definição das prioridades orçamentárias se mostra hoje como algo que deve evoluir e se ampliar. As principais críticas que são feitas a este modelo são a limitação em termos de participação quando só é permitida a participação presencial nas assembleias do OP. Não que estas não sejam importantes para a escolha dos delegados e conselheiros do OP, mas a definição das prioridades pode ser feita por meio da Internet, que certamente tornaria mais democrática a escolha das prioridades nos gastos públicos. Outro aspecto que deve ser considerado é de que a representação local não deve ser apenas na figura de conselheiros, mas também das associações de moradores que muitas vezes são as responsáveis pela incorporação dos moradores nas ações desenvolvidas pela prefeitura, dentro do conceito de uma governança local.

Nesta direção, mesmo que não tenha a intenção de determinar uma orientação direta de recursos, existe uma nova forma de participação que vem se mostrando eficaz. Recentemente a Prefeitura de Porto Alegre adotou um aplicativo, chamado COLAB. COLAB é um Aplicativo de Celular onde os cidadãos entram em contato com a prefeitura e fazem reclamações de problemas da cidade. A prefeitura resolve o problema e dá uma resposta ao cidadão. Daí é possível visualizar, por meio de um mapa, os problemas que a cidade tem e um outro cidadão pode se somar ao problema, informando outros dados na primeira reclamação. Isso ajuda a administração a melhorar o seu desempenho ao identificar os principais tipos de problema por região. Ou seja, neste modelo os cidadãos fiscalizam, avaliam serviços e instalações públicas e ainda propõe alterações neles.

Mas o importante é que as cidades para vencer suas dificuldades estão cada vez mais convocando o conjunto da sociedade para levar a cabo uma estratégia compartilhada, ou seja, um plano estratégico que envolva todos a enfrentar os

principais desafios e lançar as bases para um novo desenvolvimento econômico e social.

A participação da cidadania na estratégia e ação deve ser configurada como processo orientado e gerar compromisso ativo da cidadania com a cidade e não simplesmente canalizar as demandas e propostas ao governo local. Em uma época de crise e de redução do gasto público é essencial que existam prioridades compartilhadas, de tal modo que os recursos públicos possam multiplicar seus impactos por meio do funcionamento em rede com o setor privado e cidadão.